



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - Brasília/DF, CEP: 70610-200
Telefone: (61)3214-0268

PROJETO BÁSICO Nº 65/ 2022 - CODEGEP

1. **OBJETO**

1.1.1 - Contratação de 01 (uma) vaga para participação da servidora do CENSIPAM no 42º simpósio **"International Geoscience and Remote Sensing Symposium (IGARSS)"**, na modalidade online.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR
01	Contratação de 01 (uma) vaga para participação da servidora do CENSIPAM no 42º simpósio "International Geoscience and Remote Sensing Symposium (IGARSS)" , na modalidade online.	17663	01	01	US\$ 450 + US\$ 40 (wire transfer free)
	VALOR TOTAL	US\$ 490			

2. **OBJETIVO**

2.1. A capacitação dos servidores/militares está regulamentada no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal.

2.2. Cabe à Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - CODEGEP estabelecer as ações pertinentes à Capacitação dos Servidores e Militares do CENSIPAM, por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, visando a atualização e a melhoria da eficiência do serviço público e o enriquecimento intelectual desses servidores no desempenho de suas atividades.

2.3. A contratação do 42º Simpósio International Geoscience and Remote Sensing Symposium - IGARSS 2022, visa atender a necessidade da Coordenação-Geral de Monitoramento Ambiental.

2.4. Sobre o assunto, informo que o evento ora demandado não é ofertado pela Escola Nacional de Administração Pública - (ENAP), no momento, (5104020), por se tratar de uma temática exclusiva.

2.5. Por intermédio do Despacho nº 923/CODEGEP CENSIPAM/CGAP CENSIPAM/DIRAF CENSIPAM/DIGER CENSIPAM/CENSIPAM/SG-MD (4930378) retificado pelo e-mail (5121150), a Coordenadora confirmou a necessidade da capacitação, fazendo juntar prospecto informativo do Simpósio, conforme documento em anexo (5103902).

3. **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

Evento de Capacitação	"International Geoscience and Remote Sensing Symposium (IGARSS)"
Período Previsto	17 a 22 de julho de 2022
Conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> • A: Métodos de Análise de Dados (Óptico, Multiespectral, Hiperespectral, SAR) <ul style="list-style-type: none"> ◦ A.1: Modelagem Eletromagnética ◦ A.2: Interferometria SAR: ao longo e transversalmente ◦ A.3: Interferometria SAR Diferencial ◦ A.4: Técnicas de Imagem SAR ◦ A.5: POL e POLInSAR ◦ A.6: SAR bistático e digital de formação de feixe ◦ A.7: Tomografia e mapeamento 3D ◦ A.8: Sensor de Subsuperfície / Radar de Penetração no Solo ◦ A.9: Extração e redução de recursos ◦ A.10: Segmentação de Imagem ◦ A.11: Detecção e Reconhecimento de Objetos ◦ A.12: Classificação e Agrupamento ◦ A.13: Estimativa e Regressão ◦ A.14: Detecção de Mudanças e Análise Multitemporal ◦ A.15: Detecção de alvo e desmistura ◦ A.16: Fusão de Imagem e Dados ◦ A.17: Ciência da Informação Geográfica • C: Criosfera <ul style="list-style-type: none"> ◦ C.1: Cobertura de Neve ◦ C.2: Mantos de gelo e geleiras

- o C.3: Gelo Marinho
- o C.4: Permafrost

• **D: Gestão de Dados e Educação**

- o D.1: Gerenciamento de Dados e Sistemas
- o D.2: Dados de Sensoriamento Remoto e Decisões de Políticas
- o D.3: Educação e Sensoriamento Remoto

• **L: Aplicações terrestres**

- o L.1: Aplicações de Uso do Solo
- o L.2: Dinâmica da Cobertura do Solo
- o L.3: Floresta e Vegetação: Aplicação e Modelagem
- o L.4: Floresta e Vegetação: Biomassa e Ciclo do Carbono
- o L.5: Agricultura
- o L.6: Ambiente Urbano e Construído
- o L.7: Topografia, Geologia e Geomorfologia
- o L.8: Solos e Umidade do Solo
- o L.9: Zonas húmidas
- o L.10: Águas Interiores

• **M: Aplicações Atmosféricas**

- o M.1: Precipitação e Nuvens
- o M.2: Previsão Numérica do Tempo e Assimilação de Dados
- o M.3: Sondagem Atmosférica
- o M.4: Aerossóis e Química Atmosférica

• **O: Oceanos**

- o O.1: Biologia Oceânica (Cor) e Qualidade da Água
- o O.2: Ventos e Correntes da Superfície do Oceano
- o O.3: Temperatura e Salinidade do Oceano
- o O.4: Zonas Costeiras
- o O.5: Altimetria Oceânica

• **S: Missão, Sensores e Calibração**

- o S.1: Missões de Satélite
- o S.2: Tecnologia de Pequenos Satélites
- o S.3: Instrumento SAR e Calibração
- o S.4: Espatômetro, Radar de Nuvem e Chuva
- o S.5: Instrumentos e Calibração do Radiômetro de Microondas
- o S.6: Sensores GNSS-R
- o S.7: Sensores Lidar
- o S.8: Sensores Ópticos Passivos, Hiperspectrais e Calibração
- o S.9: UAV e Plataformas Aerotransportadas
- o S.10: Sistemas baseados em terra
- o S.11: Sensores UAV

Temas Científicos Especiais

• **ST: Temas Especiais**

- o ST.1: Sensoriamento Remoto Baseado em UAV e Drone
- o ST.2: Sensoriamento Remoto e Controle de Doenças
- o ST.3: Sensoriamento Remoto no Sudeste Asiático e Países em Desenvolvimento

Modalidade	Palestrantes se encontrarão on-line durante horários fixos em uma sala de videoconferência fechada.
Objetivo	Compartilhar conhecimento e experiência sobre os recentes desenvolvimentos e avanços em geociências e tecnologias de sensoriamento remoto, particularmente no contexto de observação da Terra, monitoramento de desastres e avaliação de risco.
Idioma	Inglês. O participante deve ter conhecimento suficiente no idioma inglês para entender as apresentações e participar das discussões.

* Registra-se que a agenda completa e detalhada do evento, em inglês, encontra-se no [site](https://www.igarss2022.org/default.php) da empresa <https://www.igarss2022.org/default.php>.

4. **PÚBLICO ALVO**

4.1. A capacitação destina-se à servidora relacionada abaixo:

Nome	CPF	SETOR
Daniela Ramos Guimarães de Faria	***167.301-**	COPER

4.2. Ressalta-se que por força da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), os “Dados” dos servidores não poderão, em nenhuma hipótese e sob nenhuma circunstância, ser alterados, tratados, transmitidos, repassados, disponibilizados, cedidos, vendidos, emprestados, divulgados e/ou de qualquer outra forma levados a conhecimento de terceiros.

5. CRITÉRIO DE CONTROLES E REGISTROS A SEREM ADOTADOS

- 5.1. Certificado de participação em cada evento, será entregue mediante comprovação de presença.
5.2. A Contratada irá disponibilizar a emissão do certificado da participante após o término do Evento;

6. VERIFICAÇÃO DOS RESULTADOS

- 6.1. Os resultados serão averiguados mediante:
6.1.1. Análise da ficha de avaliação a ser preenchida pela participante; e
6.1.2. Atuação da participante em seu respectivo ambiente de trabalho.

7. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

- 7.1. O evento será realizado pela empresa IEEE – Institute of Electrical and Electronic Engineers, responsável também pelo recebimento da inscrição, com valor de US\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta dólares) + Wire Transfer Free US\$ 40 (quarenta dólares), totalizando US\$ 490,00 (quatrocentos e noventa dólares).

7.1.1. O International Geoscience and Remote Sensing Symposium (IGARSS) é a principal conferência da IEEE Geoscience and Remote Sensing Society (GRSS). Destina-se a fornecer uma plataforma para compartilhar conhecimento e experiência sobre os recentes desenvolvimentos e avanços em geociências e tecnologias de sensoriamento remoto, particularmente no contexto de observação da Terra, monitoramento de desastres e avaliação de risco.

7.1.2. O IGARSS é um evento de primeira linha em sensoriamento remoto e fornece um fórum ideal para obter informações atualizadas sobre os últimos desenvolvimentos, trocar ideias, identificar tendências futuras e fazer networking com a comunidade internacional de geociências e sensoriamento remoto.

7.1.3. O IGARSS 2022 cobre todos os aspectos da ciência e tecnologia de sensoriamento remoto usando ondas eletromagnéticas com aplicações na Terra e em sensoriamento remoto planetário.

7.1.4. Os membros estudantes do IEEE Geoscience and Remote Sensing são convidados a enviar um artigo para o IGARSS Student Paper Competition. A seleção dos trabalhos finalistas será feita por um comitê de especialistas, e os alunos selecionados apresentarão seus trabalhos em sessão especial no Simpósio.

7.1.5. Os trabalhos aceitos serão publicados nos anais do IEEE Explore somente se apresentados no Simpósio por um dos autores listados devidamente cadastrados.

7.1.6. A participação no IGARSS está aberta a todos os indivíduos interessados ou que trabalhem nas áreas de geociências e sensoriamento remoto. Os trabalhos recebidos dentro do prazo serão considerados para colocação no programa sob o processo padrão de revisão por pares. O Comitê do Programa Técnico IEEE IGARSS 2022 organizará todos os trabalhos aceitos em sessões de pôsteres orais ou interativas com base em sua contribuição potencial para o simpósio e na composição de sessões de alta qualidade.

7.1.7. Conforme Despacho nº 7/COPER-PV/CR-PV/DIGER/CENSIPAM/SG-MD (4876566), a COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL + QUEIMADAS submeteu o artigo "MULTICRITERIA SEVERITY INDICATOR USING REMOTE SENSING FOR FOREST FIREFIGHTING DISPATCH IN THE BRAZILIAN AMAZON" (4876576) em janeiro deste ano (4876590) para o International Geoscience and Remote Sensing Symposium - IGARSS 2022 (<https://www.igarss2022.org/>), e em 06 de abril de 2022, teve a comunicação de que o artigo foi aceito após revisão (4876592).

7.1.8. Os artigos serão publicados no Proceedings IEE Explore, se forem apresentados no Simpósio.

7.1.9. O artigo aceito no evento e a sua apresentação pelos servidores deste Centro Gestor, é de grande importância para esta instituição, aumentando assim a visibilidade e importância do órgão no âmbito internacional.

7.1.10. Ainda, por se verificar que o conteúdo programático disponibilizado na ementa do Seminário possui grande conformidade com as demandas do trabalho executado pela área solicitante da respectiva capacitação;

7.1.11. O IEEE é a maior organização profissional técnica do mundo dedicada ao avanço da tecnologia para o benefício da humanidade. O IEEE e seus membros inspiram uma comunidade global por meio de suas publicações, conferências, padrões de tecnologia e atividades profissionais e educacionais altamente citadas.

7.1.12. O IEEE patrocina cerca de 1.900 conferências e eventos anuais em todo o mundo, organizando conteúdo de ponta para todos os campos técnicos de interesse do IEEE.

7.1.13. O IEEE, uma organização dedicada ao avanço da inovação e excelência tecnológica para o benefício da humanidade, é a maior sociedade profissional técnica do mundo. Ele é projetado para atender profissionais envolvidos em todos os aspectos dos campos elétrico, eletrônico e de computação e áreas relacionadas de ciência e tecnologia que fundamentam a civilização moderna.

7.1.14. As raízes do IEEE remontam a 1884, quando a eletricidade começou a se tornar uma grande influência na sociedade. Havia uma grande indústria elétrica estabelecida, o telégrafo, que desde a década de 1840 veio para conectar o mundo com um sistema de comunicação de dados mais rápido que a velocidade do transporte. As indústrias de telefonia, energia elétrica e luz tinham acabado de começar.

7.2. Descrição das atribuições regimentais conforme Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, publicada no DOU nº 39, de 25 de fevereiro de 2019, que aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, a seguir:

Servidor	Cargo/função	Atribuições da Coordenação-Geral de Operações
Daniela Ramos Guimarães de Faria	Assessora	<p>I - coordenar e avaliar a execução das atividades operacionais e de gestão sistemático do uso e cobertura, da meteorologia, do clima e da hidrologia;</p> <p>II - supervisionar a elaboração e a execução de projetos, contratos, cooperação, divulgação de produtos e serviços;</p> <p>III - realizar a coordenação e gestão de fluxos, processos, produtos e serviços SETAM e COPER/SEOPE;</p> <p>IV - consolidar as atividades de capacitação, de participação em eventos de trabalhos de campo, no âmbito de sua área de competência, e encaminhá-las ao Diretor de Produtos;</p> <p>V - consolidar as necessidades orçamentárias de projetos, programas e atividades de competência, e enviá-las ao Diretor de Produtos;</p> <p>VI - supervisionar a elaboração e a fiscalização de contratos administrativos no âmbito de sua área de competência;</p> <p>VII - consolidar as necessidades de dados coletados por sensores e estações geoestacionárias e orbitais, demandadas pelas coordenações e setores operacionais e encaminhá-las para o NUOBT;</p> <p>VIII - submeter ao Diretor de Produtos projetos básicos, termos de referência preliminares da contratação, no âmbito de sua área de</p>

	competência; e IX - elaborar relatórios de execução de metas físicas e orçamentárias, no e encaminhá-los ao Diretor de Produtos.
--	--

7.3. Determina a Lei nº 8.666, de 1993, art. 25, II, que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 do mesmo diploma legal, dentre os quais se observa o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

7.4. Com relação à contratação direta fundamentada no art. 25, inc. II, da Lei de Licitações, leciona Marçal Justen Filho que é necessária a presença cumulativa dos três requisitos: serviço técnico profissional especializado, existência de um objeto singular e sujeito titular de notória especialização. Este entendimento está, inclusive, alinhado à Súmula nº 252 do TCU: "A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado".

7.5. Estando presentes na situação em concreto os requisitos da singularidade do objeto e a notória especialização do profissional, será regular a contratação por inexigibilidade, com fundamento no art. 25, II, ainda que existam no mercado diversos profissionais ou empresas detentores de notória especialização. Isso porque, nessa hipótese não se faz necessário que a empresa ou profissional sejam únicos no mercado, mas precisam reunir algumas particularidades, especialidades que os diferenciam dos demais prestadores de serviços. A inexigibilidade decorre não da exclusividade do prestador do serviço, mas sim da sua complexidade e da impossibilidade de comparação objetiva entre os especialistas, daí porque pode a entidade, mediante justificativa fundamentada, optar pelo profissional que melhor atenda à sua necessidade.

7.6. Sob outro viés, mas também reconhecendo a inviabilidade de competição, Antônio Carlos Cintra do Amaral aduz que:

"A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço' são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição."

7.7. Ademais, nessa esteira foi o posicionamento externado pelo Tribunal de Contas da União:

"Ou seja, a realidade brasileira hoje vivencia que mesmo nos cursos que já atingiram certa padronização, a atuação do instrutor ainda faz diferença, afetando os bons resultados almejados no treinamento. Esse fato está estreitamente relacionado com as deficiências observadas na elaboração de manuais padronizados de ensino no Brasil. A aplicação da lei deve ser compatível com a real idade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social. Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoa, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, com o aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim, desponha, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao Administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar a necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador. Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de treinamento do órgão sob sua responsabilidade."

7.8. Igualmente pertinente às definições e o contorno deste tipo de contratação posto na Decisão nº 439/1998, do Plenário do Tribunal de Contas da União, onde consignou a extrema necessidade e importância do treinamento e aperfeiçoamento de servidores para a excelência do serviço público, e definiu como serviço singular todo aquele que verse sobre treinamento diferenciado em relação ao convencional ou rotineiro do mercado. Sugeriu que seriam singulares aqueles cursos desenvolvidos ou adaptados especificamente para o atendimento das necessidades do contratante ou voltados para as peculiaridades dos prováveis treinandos.

7.9. Na esteira do entendimento fixado pela Corte de Contas, cumpre ressaltar que a Advocacia-Geral da União – AGU expediu orientações normativas, as quais são vinculantes para os órgãos jurídicos da Administração Pública. Dentre as orientações, destaca-se a de nº 18, de 1º de abril de 2009, que assim dispõe:

"Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista."

7.10. Vislumbra-se, portanto, o atendimento aos requisitos necessários à contratação direta por inexigibilidade com fundamento no art. 25, II, da Lei nº 8.666, de 1993:

7.10.1. Primeiramente, trata-se de serviço técnico especializado, dentre os mencionados no art. 13 da referida lei (treinamento e aperfeiçoamento de pessoal);

7.10.2. Em segundo lugar, as próprias características da capacitação, tais como carga horária, conteúdo programático específico, complexidade do assunto, material de apoio oferecido, metodologia empregada no treinamento, instrutores, data de realização e disponibilidade de tempo do pessoal da administração para a participação no dia previsto para o curso, tudo isso acaba por configurar a natureza singular do objeto;

7.10.3. Dessa forma ensina o Professor Jacoby: "É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição". Neste caso, a oportunidade é ditada pela própria instituição. O curso é aberto a terceiros, no tempo certo, determinado.

7.11. Ponto também merecedor de menção é o atinente ao valor cobrado pela empresa para a realização deste evento. É necessária a comprovação de que o valor pedido pela contratada encontra-se em consonância com os valores normalmente pedidos pela mesma para serviços similares em outras instituições públicas. Nesse sentido se manifestou o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 819, de 2005 do Plenário:

"Quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contrata para evento de mesmo porte, ou apresente as devidas justificativas, de forma a atender ao inc. III do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993."

7.12. No caso de contratação de curso por inexigibilidade de licitação, não se exige a coleta de preços entre vários possíveis executantes, uma vez que esse critério é inviável, já que os serviços de capacitação são subjetivos, sendo que cada empresa e profissional tem o seu preço para os serviços desempenhados. A questão é saber quanto determinada empresa cobra pelos seus trabalhos, do mesmo objeto, no mercado. Essa diligência poderá ser realizada, por exemplo, através da verificação de contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições. Por conta disso, é necessário que determinado órgão interessado comprove a consulta referida, em conformidade com a jurisprudência sobre o tema. Nesse sentido, veja-se o posicionamento do TCU:

"No caso específico do treinamento de Servidores, acreditamos que o contratante deva certificar-se de que o preço seja compatível com o de outros contratos firmados no âmbito do próprio Órgão e da Administração em Geral, permitida a graduação em função da excelência do notório especialista contratado (TCU- Decisão nº 439/98)."

7.13. Em consonância com art. 26, inciso III da lei 8.666/93, o valor referente ao evento está presente no [site](#) oficial da empresa organizadora demonstrando assim sua publicidade e veracidade, uma vez que é o mesmo cobrado a todos os participantes, a saber **US\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta dólares)**, para cada participante do setor público, conforme tabela de modalidade abaixo:

Participante online: Apresentador

‡ Máximo de 1 trabalho registrado por apresentador

Cada inscrição de participante online inclui acesso a todas as sessões técnicas virtuais em plataformas de conferências virtuais, exposições virtuais e uma cópia dos anais eletrônicos.

Observe que os tutoriais têm um custo adicional.

Participante on-line, membro do IEEE/GRSS (apresentador)	US\$
Participante on-line, não membro (apresentador)	US\$
Participante on-line, aluno (apresentador)	US\$
Participante on-line, membro IEEE Life (apresentador)	US\$

7.14 A empresa, por e-mail, encaminhou o *INVOICE* para pagamento da inscrição bem como as informações da conta para a transferência, conforme documento anexo (5138124).

- *Remit Check Payment to: IGARSS 2022 c/o Conference Management Services, Inc.*
- *ACH Funds to: 123 South Broad Street, Philadelphia, PA 19109*
- *Account Name: Institute of Electrical and Electronics Engineers*
- *Account Number: 21570000000468340*
- *ABA #: 121000248*
- *SWIFT: WFBUS65*

7.16 Registra-se que o pagamento da taxa de inscrição, **deverá ser efetuado até o dia 06 de junho de 2022.**

7.15 Sendo assim, com as informações apresentadas ficou demonstrado que, uma vez preenchidos os requisitos acima mencionados, não há possibilidade de contratação do evento com as mesmas características no Brasil, não sendo possível a Administração realizar a contratação no Brasil de empresa especializada em capacitação por intermédio de inexigibilidade ou licitação, eis que os profissionais ou empresas são incomparáveis, inviabilizando a competição. A realização de licitação poderia transportar na aquisição de um serviço de qualidade imprópria.

7.14. Relevante registrar que em 09 de agosto de 2018 foi publicado a Orientação Normativa nº 6/DEADI/SEORI/SG/MD que em seu capítulo IV determina a realização de pesquisa de preço no tocante a capacitação no seguinte sentido:

Art. 12. Nas demais hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação previstas nos incisos III a XXXIV do art. 24 e no art. 25, da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser observados os seguintes aspectos, no que toca ao preço:

I - os respectivos processos deverão conter obrigatoriamente, dentre outros elementos, a justificativa do preço a ser contratado, de acordo com previsão expressa no inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993;

II - nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, previstas no art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, a justificativa do preço deverá amparar-se, quando possível, na comparação entre o preço inscrito na proposta atual da empresa/do profissional e o preço por esta/este praticado em contratações anteriores, seja com a Administração Pública ou com particulares, desde que envolvam o mesmo objeto ou outro similar.

Parágrafo único. Nos casos de contratações de serviços técnicos especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, a decisão de escolha da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas da Gerência de Gestão de Pessoas deverá recair sobre a empresa que melhor atender às necessidades desta administração central, sem prejuízo da observância aos incisos I e II do *caput* deste artigo.

8. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Razão Social	IEEE – Institute of Electrical and Electronic Engineers
Endereço	123 South Broad Street, Philadelphia, PA 19109

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Responsabiliza-se pelo pagamento dos facilitadores e o fornecimento de material didático e de apoio para o aluno;
- 9.2. Responsabiliza-se pelos recursos necessários para realização dos cursos;
- 9.3. Assumir inteira responsabilidade pela execução do serviço contratado, não podendo transferi-lo a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante;
- 9.4. Fornecer os certificados aos participantes inscritos presentes nas atividades desse evento ;
- 9.5. Zelar pela perfeita execução do serviço, objeto do Projeto Básico;
- 9.6. Comunicar com 7 (sete) dias úteis de antecedência do início dos cursos, o cancelamento ou adiamento dos mesmos; e
- 9.7. Manter durante a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Responsabiliza-se pelas inscrições dos participantes;
- 10.2. Exercer a fiscalização do serviço;
- 10.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 10.4. Encaminhar a Ordem Bancária a Contratada, quando essa for realizada a transferência; e
- 10.5. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

11. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

- 11.1. Encontram-se anexos ao Processo, os seguintes documentos:
 - 11.1.1. Folder IEEE – Institute of Electrical and Electronic Engineers.(5103902)
 - 11.1.2. Cópia de e-mail comunicando a aceitação do artigo (5103830)
 - 11.1.3. Calendário da Escola de Governo - ENAP (5104020)
 - 11.1.4. *Invoice* (fatura), para pagamento da inscrição no evento (5138124)

11.1.5. Diante do exposto, sugiro que a presente contratação seja amparada pelo inciso II, do artigo 25, combinado com o inciso VI, do artigo 13 da Lei nº 8.666, de 1993, a saber:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição em especial:

[...]

II. Para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicação e divulgação;

[...]

Art. 13. Para fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

[...]

VI. Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

11.2. Em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, a contratação direta com valor inferior ao limite previsto nos incisos I e II da Lei nº 8.666, de 1993 não exige a publicação do ato de dispensa ou inexigibilidade, segundo a Orientação Normativa AGU nº 34, de 13 de dezembro de 2011. E, não menos importante, não será obrigatória a manifestação jurídica nas contratações fundadas no art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que seus valores subsumam-se aos limites previstos nos incisos I e II da Lei de Licitações, de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 46, de 26 de fevereiro de 2014.

Elaborado por:

FABIANA NETTO GUERRA CAIXETA
Assessora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Submeto o assunto à consideração do Senhor Diretor de Administração e Finanças, solicitando autorização para proceder à contratação pretendida.

IVO BARBOSA LEITE
Coordenador de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, em conformidade com o art. 7º, §2º, incisos II e III, da Lei nº 8.666, de 1993.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Coordenador-Geral de Administração e Finanças
Ordenador de Despesas

Aprovo o presente Projeto Básico, de acordo com o artigo 7º, §2º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993. Encaminhe-se à Coordenação de Licitações e Contratos para providências decorrentes.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
Diretor de Administração e Finanças

"Bicentenário da Independência - Soberania é Liberdade"



Documento assinado eletronicamente por **Ivo Barbosa Leite, Coordenador (a)**, em 02/06/2022, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Netto Guerra Caixeta, Assessor(a)**, em 02/06/2022, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 08/06/2022, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor**, em 08/06/2022, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **5104552** e o código CRC **7253B504**.